

2018

R O D R I G O
K L I P P E L

TEORIA GERAL
DO PROCESSO
& TEORIA DO
PROCESSO CIVIL
BRASILEIRO



2018 © Editora Foco

Autor: Rodrigo Klippel

Editor: Roberta Densa

Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira

Revisora Sênior: Georgia Renata Dias

Revisora: Luciana Pimenta

Capa: Leonardo Hermano

Projeto Gráfico e Diagramação: Ladislau Lima

Impressão miolo e capa: Gráfica EXPRESSÃO E ARTE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vagner Rodolfo CRB-8/9410

K65t

Klippel, Rodrigo

Teoria geral do processo e teoria do processo civil brasileiro /
Rodrigo Klippel. – Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2018.

428 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8242-240-3

1. Direito. 2. Teoria geral do processo. 3. Processo civil
brasileiro. I. Título.

2018-60

CDD 340

CDU 34

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito 340

2. Direito 34

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora Foco, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações do Conteúdo: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

Bônus ou Capítulo On-line: Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo extra no *on-line*, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (01.2018)

Data de Fechamento (12.2017)

2018

Todos os direitos reservados à

Editora Foco Jurídico Ltda.

Al. Júpiter, 542 – American Park Distrito Industrial
CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

1120179

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS	V
A ERA DO PROCESSO.....	IX
APRESENTAÇÃO	XIII
CAPÍTULO 1 – JURISDIÇÃO.....	1
1. O Estado, seu poder e a restrição à nossa liberdade	1
2. O exercício, pelo Estado, de seu poder – as funções essenciais do Estado	3
3. O conceito de Chiovenda de função jurisdicional e, por consequência, de função legislativa e executiva	5
4. Algumas peculiaridades sobre a jurisdição que vale a pena destacar, após a análise do conceito de Chiovenda.....	9
4.1. O Estado-juiz substitui o Estado-administrador no exercício da função jurisdicional	9
4.2. O Estado-juiz pode atuar somente para efetivar a norma concreta, sem necessitar produzi-la	10
4.3. O estudo moderno da atividade jurisdicional e a identificação de uma adicional finalidade: a criação do precedente	12
5. Classificações da jurisdição.....	22
5.1. Jurisdição estatal e arbitral.....	22
5.2. Jurisdição cognitiva e executiva.....	24
5.3. Jurisdição cível e criminal	26
5.4. Individual e coletiva.....	27
5.5. Contenciosa e voluntária.....	28
6. Características da jurisdição	29
6.1. Substitutividade.....	29
6.2. Imparcialidade	30
6.3. Indelegabilidade	32
6.4. Inevitabilidade	32
7. Órgãos que exercem a função jurisdicional no Brasil	33

CAPÍTULO 2 – O ESTUDO CIENTÍFICO DA JURISDIÇÃO – A CIÊNCIA PROCES- SUAL, A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A TEORIA DO PROCESSO CIVIL BRASI- LEIRO	37
1. A atuação da função jurisdicional e o seu estudo científico.....	37
2. Como começar o estudo da ciência processual?.....	37
3. O que é Teoria Geral do Processo?	38
 CAPÍTULO 3 – PREMISSAS DE TEORIA GERAL DO DIREITO – PARA O ESTUDO DA TEORIA GERAL DO PROCESSO E DA TEORIA DO PROCESSO CIVIL BRASI- LEIRO	43
1. Uma necessária introdução, especial para você que estuda a Teoria Geral do Processo e a Teoria do Processo Civil Brasileiro pela primeira vez.....	43
2. Premissas de Teoria Geral do Direito (TGD) introdutórias ao estudo da Teoria Geral do Processo e da Teoria do Processo Civil Brasileiro	44
3. Conceito de norma jurídica.....	44
3.1. Norma abstrata e norma concreta	52
3.2. Espécies de norma jurídica: princípios e regras	55
3.3. Espécies de normas jurídicas: normas de direito material e normas de direito processual.....	64
3.3.1. Normas de direito material e normas de direito processual	66
3.3.2. Normas processuais de ordem pública e dispositivas	70
3.3.3. Normas de processo e de procedimento	74
4. Aplicação das normas jurídicas no tempo	76
4.1. Aplicação das normas processuais no tempo	77
4.2. Aplicação das normas processuais penais mistas no tempo.....	81
4.3. Aplicação analógica das normas processuais civis novas aos processos penais pendentes	82
5. A aplicação das normas processuais no espaço.....	83
6. Fato jurídico.....	84
6.1. Conceito de fato jurídico.....	84
6.2. O suporte fático e o fato jurídico.....	88
6.3. Os elementos que podem formar o suporte fático	90
6.4. O papel dos elementos que formam o suporte fático (elementos nu- cleares, complementares e integrativos) e os planos do mundo jurídico (existência, validade e eficácia).....	97
6.5. As classificações do fato jurídico – as espécies de fato jurídico	104

6.5.1.	Classificação dos fatos jurídicos segundo o critério da conformidade ou não a direito + imputabilidade	106
6.5.2.	Classificação dos fatos jurídicos segundo o critério da presença da conduta no suporte fático (atos jurídicos lato sensu, atos-fatos e fatos jurídicos stricto sensu)	108
6.6.	Fato jurídico processual	114
6.7.	O procedimento e alguns dos principais fatos jurídicos lato sensu que podem compô-lo	116
6.8.	Nulidades processuais.....	126
7.	Teoria e prática: a identificação, no corpo de uma sentença, da norma jurídica concreta secundária que o Estado-juíz produz ao exercitar a jurisdição cognitiva.....	131
CAPÍTULO 4 – PRINCÍPIOS DO PROCESSO		135
1.	Introdução.....	135
2.	Princípios constitucionais.....	136
2.1.	Devido processo legal (art. 5º, LIV)	136
2.2.	Princípio do amplo acesso à justiça (inafastabilidade do Poder Jurisdicional) (art. 5º, XXXV)	140
2.2.1.	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 16/07/34	140
2.2.2.	Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 10/11/37	141
2.2.3.	Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 18/09/46	142
2.2.4.	Constituição do Brasil – 24/01/67	143
2.2.5.	Ato Institucional 5 – 13/12/68.....	144
2.2.6.	Constituição da República Federativa do Brasil – 17/10/69	145
2.2.7.	Constituição da República Federativa do Brasil – 05/04/88	146
2.2.8.	Casos concretos em que foi alegado o ferimento ao princípio da inafastabilidade do poder jurisdicional (acesso à justiça).....	147
2.3.	Princípio da isonomia ou igualdade (art. 5º, <i>caput</i>).....	152
2.4.	Princípio do contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV).....	160
2.5.	Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII).....	168
2.6.	Princípio da publicidade (art. 5º, LX).....	172
2.7.	Princípio da proteção à coisa julgada (art. 5º, XXXVI)	174
2.8.	Princípio da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII)	176
2.9.	Princípio do duplo grau de jurisdição	177

2.10. Princípio da proibição das provas ilícitas (art. 5º, LVI)	178
2.11. Princípio da motivação das decisões judiciais (art. 93, IX).....	181
3. Princípios infraconstitucionais.....	182
3.1. Princípio dispositivo.....	183
3.1.1. O “princípio” da inércia ou da demanda	185
3.1.2. A possibilidade de cognição, <i>ex officio</i> , de matérias de defesa..	186
3.1.3. A produção de provas.....	187
3.1.4. O princípio dispositivo e o conteúdo da sentença de mérito.....	188
3.1.4.1. Decisões <i>infra petita</i> ou <i>citra petita</i>	189
3.1.4.2. Decisões <i>extra petita</i>	192
3.1.4.3. Decisões <i>ultra petita</i>	193
3.2. Princípio inquisitivo	195
3.3. Princípio da cooperação	195
3.4. Princípio da instrumentalidade das formas e primazia da decisão de mérito	196
3.5. Princípio da oralidade.....	198
3.6. Princípio da eventualidade.....	199
3.7. “Princípio” da inalterabilidade da demanda.....	201
CAPÍTULO 5 – DO DIREITO DE AÇÃO	203
1. A evolução do conceito de ação	203
2. Teoria Imanentista	204
2.1. Um novo rumo na doutrina – a polêmica entre Windscheid e Muther....	206
2.2. A teoria imanentista no Brasil.....	208
3. Teoria Concreta	209
4. Teoria do Direito Potestativo.....	211
5. Teoria Abstrata	212
6. Teoria Eclética	215
7. A teoria eclética e as condições da ação	217
8. A recepção das teorias autonomistas no Brasil	220
9. O direito de ação no ordenamento brasileiro	223
9.1. Direito de acesso ao Judiciário – Direito de demandar	224
9.2. Direito processual de ação (a adoção da Teoria Eclética pelo CPC)	225
9.3. As condições da ação em espécie: legitimidade <i>ad causam</i>	226

9.4. Interesse processual	231
9.5. Carência de ação e consequências.....	236
10. Teoria da asserção	238
11. Como aferir as condições da ação segundo a teoria da asserção	238
12. Teoria da asserção e procedimento executivo.....	244
13. Elementos da ação	245
14. Partes.....	246
15. Causa de pedir	248
15.1. Causa de pedir remota ativa e passiva	252
15.2. Resumo das noções sobre causa de pedir.....	256
16. Pedido.....	256
17. Classificações do pedido imediato	257
17.1. As espécies de pedido imediato cognitivo	260
17.1.1. A crise de certeza e o pedido declaratório	260
17.1.2. A crise de situação jurídica e o pedido constitutivo.....	264
17.1.3. A crise de adimplemento e o pedido condenatório	267
17.2. A eficácia social das tutelas declaratória, constitutiva e condenatória	269
17.3. As espécies de pedido imediato executivo	270
17.4. As espécies de pedido imediato de tutela provisória	271
18. A cumulação de pedidos.....	275
19. A utilização, na prática forense, dos elementos da ação.....	277
19.1. Identidade entre as demandas	277
19.2. Conexidade ou conexão entre as demandas e a continência.....	280
19.3. Semelhança entre as demandas que não caracteriza a conexão ou a continência – a afinidade	284
19.4. Total diferença entre as demandas.....	285
20. Classificação das ações	286
20.1. Ternária.....	287
20.2. Quinária	288
CAPÍTULO 6 – DA DIVISÃO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL – A COMPETÊNCIA.....	289
1. Introdução.....	289
2. Conceito de competência e introdução ao seu estudo.....	289

3. Vocabulário essencial para a compreensão da divisão de competências	290
4. Competência internacional	292
5. A competência interna	294
6. Os critérios para a determinação da competência	295
6.1. Critério material	297
6.2. Critério pessoal	297
6.3. Critério territorial	299
6.4. Critério do valor da causa	302
6.5. Critério funcional	303
7. Natureza e regime jurídico dos critérios determinantes da competência	305
8. Perpetuação da jurisdição (<i>perpetuatio iurisdictionis</i>)	307
9. Prevenção	310
10. As modificações da competência (prorrogação da competência).....	312
10.1. Prorrogação por vontade legal	312
10.2. Prorrogação por vontade tácita	315
10.3. Prorrogação por vontade expressa.....	316
11. Método para a definição do órgão competente	317

CAPÍTULO 7 – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E REQUISITOS DE VALIDADE DO PROCESSO.....	321
1. Os diversos conceitos de processo	321
1.1. Processo segundo a teoria da norma jurídica – processo como método de produção de normas jurídicas	321
1.2. Processo segundo a Teoria do Fato Jurídico – Plano da existência.....	323
1.3. Processo segundo a Teoria do Fato Jurídico – Plano da eficácia.....	326
2. Pressupostos processuais e requisitos de validade do processo	328
2.1. O uso da terminologia pressupostos processuais	330
2.2. Existência e validade do processo como um todo e de seus atos considerados isoladamente	331
2.3. Processo como ato jurídico complexo de formação sucessiva e os pressupostos processuais de existência	332
2.4. Processo como relação jurídica processual e os pressupostos processuais (requisitos de existência processual)	333
2.5. A capacidade de ser parte	334
2.6. Órgão investido de jurisdição.....	337

2.7. Existência de demanda (pedido).....	338
2.8. O reconhecimento (declaração) de inexistência processual	338
2.9. Requisitos de validade do processo.....	338
2.10. Capacidade processual e postulatória	340
2.11. Competência e imparcialidade.....	343
2.12. Respeito ao formalismo processual	344
2.13. Requisitos negativos de validade - litispendência, coisa julgada, preempção e convenção de arbitragem.....	345
CAPÍTULO 8 – LITISCONSÓRCIO	349
1. Litisconsórcio – conceito.....	349
2. Hipóteses em que é cabível formar o litisconsórcio	349
3. Classificações do litisconsórcio	352
4. Litisconsórcio unitário e simples.....	353
5. Os atos probatórios e a extensão de sua eficácia ao outro litisconsorte	358
6. A solidariedade passiva e a classificação do litisconsórcio em simples ou unitário	358
7. Litisconsórcio necessário e facultativo	360
7.1. Litisconsórcio necessário.....	360
7.2. Litisconsórcio facultativo.....	363
7.3. O fracionamento do litisconsórcio facultativo	364
8. Litisconsórcio inicial e ulterior	366
CAPÍTULO 9 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	371
1. Intervenção de terceiros	371
2. Conceito de terceiro.....	371
3. O elemento central no estudo da intervenção de terceiros: o interesse jurídico	371
4. O interesse jurídico e sua relação com as modalidades de intervenção de terceiros	374
5. Ainda sobre as intervenções de terceiro em geral: algumas características.....	375
6. Assistência	376
6.1. As modalidades de assistência	378
6.2. Assistência litisconsorcial.....	378
6.3. Assistência simples.....	380
6.4. As diferenças de regime jurídico entre as duas modalidades de assistência (poderes do assistente).....	381

6.5.	Assistente simples	382
6.6.	O assistente simples como substituto processual (legitimado extraordinário) do assistido	383
6.7.	Assistente litisconsorcial.....	384
6.8.	Procedimento.....	384
6.9.	O cabimento da assistência nos diversos procedimentos jurisdicionais civis	385
7.	Denúnciação da lide.....	385
7.1.	As hipóteses de cabimento da denúnciação da lide	387
7.2.	Características da denúnciação da lide	388
7.3.	O papel do denunciado à lide no contexto da ação principal e da denúnciação da lide	391
7.4.	A denúnciação da lide e os procedimentos jurisdicionais	391
7.5.	Os honorários advocatícios de sucumbência e a denúnciação da lide ...	392
8.	Chamamento ao processo	394
8.1.	Características processuais do chamamento ao processo.....	394
8.2.	O chamamento ao processo e a norma do art. 1.698 do CC	396
9.	Desconsideração da personalidade jurídica	397
10.	<i>Amicus curiae</i>	399